

Em defesa da Antropologia¹

Jaime Amparo Alves
(University of California/Santa Barbara)

O convite para pensar a descolonização do ensino da Antropologia a partir da *periferia* é muito pertinente e caro a uma disciplina comprometida com o projeto colonial, uma academia ainda investida na manutenção de privilégios e uma escola cada vez mais no centro das disputas dos projetos de poder. Isso posto, ensinar a Antropologia (a ciência do Humano) é uma tarefa imprescindível para a educação do século XXI, quando o próprio gênero humano (em hierarquias raciais, sexuais e geográficas) é posto em questão. Então, o primeiro passo é provincializar o “humano” e a partir daí, pôr a Antropologia a serviço da luta pela emancipação daquelas e daqueles vítimas das suas práticas coloniais. Há um consenso entre nós, antropólogas e antropólogos, que nenhuma outra disciplina faz uma autocrítica tão visceral quanto a Antropologia, o ponto de ser inimaginável sair da universidade sem haver “desconstruído” os cânones do pensamento antropológico e sem uma consciência da cumplicidade da disciplina com o projeto colonial, da arrogância/autoridade etnográfica, das tensões entre trabalho de campo/trabalho de casa, Antropologia ativista/militante e os novos dilemas do fazer antropológico em contextos da chamada

1 Agradeço a Osmundo Pinho pelo convite para participar do debate sobre o ensino da Antropologia e as colegas Jacqueline Britto, Jacqueline Lima e Juliana Farias pela interlocução, da qual o presente texto se beneficia. A mediação de Paulo Leite Lopez e as provocações das colegas guiam minha reflexão.

pós-verdade, quando categorias caras à Antropologia, como raça, gênero e sexualidade, são recolonizadas.

Essa desconstrução, que às vezes beira ao autoflagelo (eu me lembro as discussões intermináveis e estéreis que travávamos na pós-graduação questionando nossa própria presença em uma disciplina que parecia não ter nada a oferecer ao projeto de liberação negra), é muito bem-vinda. Essa não é uma dívida facilmente pagável, e o processo de descolonizar a disciplina está bem longe de terminar. Ainda assim, às vezes me preocupo muito com um certo niilismo, um certo pessimismo de quem pratica a Antropologia como *técnica*, mas recusa a Antropologia como *potencial*. De minha parte, sem vergonha e sem receio, declaro meu “amor eficaz” à Antropologia. Amor eficaz aqui se refere à filosofia de Camilo Torres, um padre guerrilheiro que, no marco da teologia da libertação, pregava um amor consequente, com ações concretas, baseado na crítica contínua das estruturas de poder e na autorreflexão sobre sua concretude na vida das gentes sofridas.

Eu sei que reconhecer publicamente o romance destoa da cantilena chata e por vezes messiânicas da “acadêmica progressista” que as vezes chega perigosamente perto da cultura da lacração na crítica pela crítica. Em minha defesa: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Manter a crítica constante ao projeto colonial antropológico e reconhecer a contribuição da disciplina para a desestabilização do poder (racial, gênero-sexual) não precisa ser mutuamente exclusivo. A arte da escuta, a arte de pensar as complexidades humanas a partir da simplicidade da vida cotidiana, de interpretar um piscar de olhos ou um longo silêncio, de se emocionar e lutar junto por construir alternativas ao drama da vida... Que me perdoem profissionais menos afortunados, não há disciplina mais bem posicionada para lançar luz aos desafios e possibilidades da nossa existência social.

Antropologia 101²

No contexto atual de recrudescimento de pautas conservadoras que se pensava superadas, ou pelo menos desacreditadas, a Antropologia se converte em um instrumento ainda mais importante na luta pela defesa de posições inegociáveis. O óbvio precisa ser reestabelecido: raça não existe. Racismo existe. Gênero é categoria sociocultural adscrita aos corpos dos indivíduos a partir da leitura de determinados atributos físicos/performance corporais. Discriminação de gênero existe e afeta, sobretudo, a vida das mulheres. O reducionismo binário invisibiliza o sexo, as práticas sexuais e a existência plena das pessoas trans e gênero-sexo diversas. As mudanças climáticas são reais. A Terra é redonda. O arsenal da Antropologia pode lançar luz a estas questões e nos ajudar a entender por que encontramos recepção nos setores populares. Será que o apoio a pautas que vão contra seus próprios interesses emerge da frustração popular com as promessas falsas da democracia liberal? Qual é a história que indivíduos marginalizados contam a si mesmo quando se identificam com pautas conservadoras que reforçam sua vitimização? Será que a Antropologia pode nos ajudar a identificar uma economia cotidiana dos afetos (incluído o *ódio* contra as pessoas negras e da comunidade LGBTQ) que explique des/identificações com valores democráticos? Na sala de aula, a Antropologia 101 pode começar por oferecer robusto contra-argumento ao pós-racismo e à “ideologia de gênero”, levando em consideração o valor emocional-afetivo dessa aberração política. Não por acaso, a escola, que para nós sempre foi um espaço caro aos projetos de liberação, se converteu em um campo estratégico para grupos políticos (“escola sem partido”) comprometidos com a ordem (neo) colonial. Não leram, mas entenderam muito bem, o convite paulofreiriano por uma escola ancorada na materialidade da vida. Portanto, ensinar Antropologia na escola implica ensinar para a democracia radical, sem

2 Antropologia 101, ou seja, o curso introdutório de antropologia no contexto acadêmico estadunidense.

perder de vista a urgência do cotidiano e sem vacilar na crítica eficaz ao modelo de cidadania excludente.

Então o papel da Antropologia pode ser, ademais de volta ao currículo 101 (com o básico que ensinamos nos cursos introdutórios sobre a construção *sociocultural* de raça e gênero e a construção *racial* de cultura), ensinar estudantes a identificar e antecipar-se às artimanhas do poder, atentando-se para como mesmo a aceitação e a instrumentalização das diferenças se transformam em uma estratégias de manutenção de privilégios e de contenção dos conflitos à direita e à esquerda do espectro político. Não seria isso o que Stuart Hall (1986) chamou de política “sem garantia”? Hall via a identidade como campo aberto de luta semântica, por isso um campo de possibilidades. Identidade é categoria inconclusa porque os dominados também têm o que dizer sobre elas. Não há garantia de triunfo nem para os que reforçam a dominação por meio da representação patológica do “outro, nem para o “outro”, que contesta essas narrativas buscando uma categoria racial positiva, fixa e estável. A raça, argumentou Stuart Hall, é um significante flutuante... aberto a “novas dimensões de significado” por ambas as forças. Essas “políticas sem garantia”, no plano das identidades, se apresentam como desafio antropológico crucial para o nosso tempo, quando raça, como categoria biológica, está desacreditada, ao tempo em que se mantém como estratégia de desumanização. Como lutar contra algo que não existe? Como lutar contra uma estratégia de dominação camuflada sob a proteção da família e da pátria amada? Antropologia 101 se debruça com raiva e paciência não apenas no discurso militarista do bolsonarismo tosco, mas também na superficialidade da promoção da diversidade e humanismo cínico (à *la* TV Globo, onde uma mulher negra apresenta o telejornal mais importante da emissora... anunciando a mortes de jovens negros pela polícia em alguma favela) ou nos discursos resignados de certa esquerda, “Há que se aceitar as diferenças”, contanto que não ameace o nosso lugar. Enfim, a Antropologia na sala de aula se antecipa na des/construção, não somente do racismo e do sexismo, mas também na denúncia da cooptação

das identidades como estratégia de governança das desigualdades e de sabotar a tão esperada guerra anticolonial.

Periferia

Fazer Antropologia a partir das margens urbanas implica um deslocamento radical da autoridade etnográfica que insiste em transformar o morro e a favela em laboratórios. Obcecados por decifrar a mente, a sociabilidade, o “ethos guerreiro” dos “donos do morro” e suas populações — enquanto os “donos da cidade” têm estado relativamente fora da gaze antropológica —, antropólogos constroem a periferia em zona de exploração (econômica/epistêmica) e fronteira da alteridade. Embora uma corrente marginal tenha documentado à exaustão o sofrimento da periferia, particularmente o ativismo de mães contra o assassinato de jovens negros pela polícia e as ações políticas das juventudes negras urbanas contra o genocídio, a Antropologia Urbana ainda não prestou contas sobre sua cumplicidade em produzir a favela como zona fanoniana do não ser. Essa cumplicidade vai dos discursos patológicos das espacialidades negras às leituras sanitarizadas do terror policial.

Em sua estranha trajetória, a Antropologia Urbana, como minhas colegas mencionam neste volume, tem sido muito eficiente em produzir populações e territórios pesquisáveis, ao tempo em que sustenta discursos de que os grupos identitários que agora elegem como objeto etnográfico raramente se qualificam como sujeitos políticos. Por muito tempo, a Antropologia produzia os campos de diferença a partir das eleições dos campos de pesquisa (principalmente as favelas, o candomblé, o samba). Populações negras, favelas... totalidades culturais. Mas na hora de reconhecer os direitos, de reconhecer o valor estratégico das identidades que antropólogos localizavam em territórios da diferença, a Antropologia mostrou sua cara branca e cruel. Do debate sobre as ações afirmativas no campo da educação superior à luta contra o genocídio negro nas periferias, a Antropologia acomodou em suas práticas o silêncio e o reconhecimento de

uma cultura negra segregada nos espaços das diferenças, ao mesmo tempo em que insistia na incapacidade de identificar quem é negro, quem é branco, porque no Brasil todo mundo é misturado. É essa contradição que a Antropologia feita *pela* periferia busca denunciar e superar, colocando o antropólogo branco, habitante do outro lado da cidade, em seu devido lugar. A chegada de novas caras na graduação e pós-graduação do país põe na ordem do dia a exigência de um fazer antropológico expansivo e provincializador, à medida que se abre para a diferença e provincializa a autoridade etnográfica tradicional. O que resta saber é se estes novos sujeitos abraçam o *amor eficaz* de que falei acima (em nome de um fazer antropológico consequente e comprometido com a emancipação social) ou se deixam levar pelo canto sedutor da inclusão no complexo acadêmico industrial. Por que deveríamos esperar novo fazer etnográfico dos “objetos” tradicionais da antropologia? Curto e grosso: porque não viemos ao mundo a passeio e porque nossa posição social (a vivência) de onde produzimos conhecimento não deixa outra possibilidade se não uma antropologia do papo reto, sem rodeios e desleal à disciplina.

Antropologia da abolição

Talvez o que eu esteja tentando articular — sob pena de repetir um chamado feito em várias frentes abertas no campo como a Antropologia militante, a Antropologia ativista e a Antropologia da liberação — seja um chamado por um renovado ardor insurgente contra a (e a favor da) disciplina.³ Uma Antropologia dos vencidos é também uma *Antropologia quilombola ou uma Antropologia da abolição*.⁴ É uma Antropologia, que emergindo das lutas políticas contra a ordem constituída a que chamamos paz, também recusa

3 Citações não fazem justiça ao profícuo debate: sobre Antropologia da liberação, ver Faye Harrison, *Decolonizing Anthropology: Moving Forward Toward an Anthropology of Liberation*. Washington D.C.: American Anthropological Association, 1992.

4 Sobre antropologia da abolição, ver Savannah Shange, *Progressive Dystopia*, Duke University Press, 2019, e Jaime Alves, “Foda-se a polícia”, revista *Dilema*, p. 21–45, 2022.

o fatalismo com a disciplina. Afinal, o binômio *Antropologia quilombista* insiste na Antropologia como projeto inconcluso em sua capacidade de se *fugir* das amarras coloniais e se reinventar na fuga. Concretamente, penso que podemos recusar o cânone branco-europeu e, ainda assim, reconhecer a lindeza de uma técnica etnográfica renovada e politicamente situada como parte do arsenal revolucionário.

Para concluir, gostaria de evocar o Fanon antropólogo. Minha prática de ensino da Antropologia é informada pela maneira como Fanon pensou a cultura, em sua materialidade visceral dos modos de vida e das práticas de resistência dos indesejáveis, as indesejáveis, as *ninguém*. Opondo-se à cultura dos intelectuais nativos e da burguesia colonial, Fanon privilegiou a cultura do lumpemproletariado (os socialmente mortos) como campo de disputa por um projeto nacional popular. Os humilhados e ofendidos da terra seriam o agente revolucionário capaz de provincializar a cultura dominante e impor sua cultura subalterna pela violência. Considerando o convite da ABA para pensar a *periferia* no fazer antropológico, que implicaria ensinar a Antropologia a partir de Fanon? Deixo essa reflexão para um outro texto. Por ora, penso que implicaria treinar estudantes para serem intelectualmente curiosos, politicamente sensíveis, metodologicamente criativos para localizar, interpretar, ofuscar e dar voz às formas de ação política “abjetas” que fogem aos scripts tradicionais de resistência e que ameaçam a violência pacificadora. O ensino da Antropologia, portanto, deve ser o ensino de como traír o Estado e enganar o poder.

Referências bibliográficas

TORRES, Camilo. *El amor eficaz*. Buenos Aires: América Libre, 2010.

HALL, Stuart. The Problem of Ideology-Marxism without Guarantees. *Journal of Communication Inquiry*, 10(2), p. 28-44, 1986.

HARRISSON, Faye Harrison. *Decolonizing Anthropology: Moving Forward Toward an Anthropology of Liberation*. Washington D.C.: American Anthropological Association. 1992.

SHANGE, Savannah. *Progressive Dystopia*. Duke University Press, 2019.

ALVES, Jaime. Foda-se a polícia. *Dilema*, p. 21–45, 2022.

FANON, Fanon. *The Wretched of the Earth*. New York: Verso, 1963.